ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
SESSÃO DE 27 / 4 / 2016
VOTAÇÃO FAVOR 13
CONTRA 0
ABSTENÇÃO 2

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Benfica

Mandato 2013-2017

ATA Nº 6/2015

--- Preâmbulo ---

--- Aos **dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e quinze** realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, no "Auditório Carlos Paredes" da Junta de Freguesia de Benfica, sito na Avenida Gomes Pereira, número dezassete, em Lisboa, uma **Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Benfica,** convocada nos termos legais, através do *Edital 11/2015*, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

PONTO 1 – **APROVAÇÃO DA ATA N.º 5/2015** (16.09.2015);

PONTO 2 – **PROPOSTA N.º 750/2015 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM VISTA À OBTENÇÃO DE CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA;**

PONTO 3 – **PROPOSTA N.º 799/2015 – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CHEFES DE DIVISÃO;**

PONTO 4 – **PROPOSTA N.º 901/2015 – APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E PPA), ORÇAMENTO E MAPAS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA 2016;**

PONTO 5 – **PROPOSTA N.º 913/2015 – CENTRO CLÍNICO – ALTERAÇÃO DA TAXA REFERENTE ÀS CONSULTAS MÉDICAS DOS FUNCIONÁRIOS, COLABORADORES, ELEITOS LOCAIS E RESPETIVOS FAMILIARES;**

PONTO 6 – **RATIFICAÇÕES:**

- Proposta n.º 765/2015 – Taxas e reduções a aplicar ao projeto "Academia do Saber" da Junta de Freguesia de Benfica;
- Contrato Programa – Atividades de Enriquecimento Curricular – Ano Letivo 2014/2015;
- Adendas aos protocolos de colaboração "Componente de Apoio à Família (CAF)" e "Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF)" – Agrupamento de Escolas de Benfica e Quinta de Marrocos – Ano Letivo 2014/2015;
- Protocolos de colaboração "Componente de Apoio à Família (CAF)" e "Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF)" – Agrupamento de Escolas de Benfica e Quinta de Marrocos – Ano Letivo 2015/2016;
- Informação n.º 4/2015 – Protocolos / Apoios Financeiros, celebrados entre 14 de setembro e 02 de dezembro de 2015, no âmbito da deliberação da Assembleia de Freguesia de Benfica de 16.04.2014;

PONTO 7 – **INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA JUNTA À ASSEMBLEIA DE FREGUESIA;**

PONTO 8 – **OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A FREGUESIA.**

--- A sessão foi presidida por Ricardo Manuel Azevedo Saldanha (PS), Presidente da Mesa, Teresa do Rosário Carvalho de Almeida Damásio (PS) e João Manuel Jacinto de Figueiredo Viegas (PS), respetivamente, Primeira Secretária e Segundo Secretário. _____

--- Participaram, em conformidade com a "Lista de Presenças", para além dos acima mencionados, os seguintes Membros da Assembleia: _____

- Romuaida Maria da Conceição Nunes Fernandes (PS)
- José Alberto Mendes Neves (PS)
- Ricardo Alexandre de Carvalho (PS)
- Tiago Filipe Coelho Simões (PS)
(Em substituição de Anabela de Jesus Leonardo)
- Madalena Lopes Pão Duro Fernandes (PS – Independente)
- Maria Natália Silva e Cunha (PS)
(Em substituição de Tiago Filipe Barata Rodrigues)
- Paula Cristina Portugal Mendes Rapoula (CDS-PP)
(Em substituição de António Manuel de Passos Rapoula)
- João Carlos de Sousa Pereira (CDU)
- Isabel Cristina dos Santos Nunes Gaspar (CDU)
- Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)

--- **Faltaram** os seguintes membros: _____
- Noémia Maria das Neves Summavielle Freitas (PS)
- Pedro Jorge de Almeida Gama (PSD)
- Cristiana Lúcia Camilo Vieira (PSD)
- Patrícia Alexandra Mendes Gomes da Rocha (PSD)
- Alfredo Alberto da Silva Ribeiro (PSD)

--- Constatada a existência de quórum, o Senhor **Presidente da Mesa** declarou aberta a sessão.

Período de Antes da Ordem do Dia

--- Iniciando este período, o Senhor **Presidente da Mesa** deu conhecimento da renúncia ao mandato, com efeito a 6 de julho de 2015, da eleita Maria Luisa Lourenço Penim, do Partido Socialista, sendo substituída pela eleita **Maria Natália da Silva e Cunha**, que **tomou posse**, ao abrigo do artº 79º, nº 1 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. _____

--- Em seguida, o Senhor **Presidente da Mesa** perguntou se algum elemento do público gostaria de exercer o seu direito de usar da palavra, tendo aceitado seis inscrições. _____

--- A Senhora **Laurentina Santos (Munícipe)**, no uso da palavra, e sendo esta a última Assembleia do ano, aproveitou para desejar a todos os presentes um feliz natal e próspero ano novo. _____

Em seguida, fez alusão a compromisso assumido pelo atual Executivo e ainda não cumprido, de colocação de fitas antiderrapantes nas escadas de acesso à Igreja, de forma a minimizar o perigo de queda dos cidadãos. _____

Deixou um especial agradecimento à Sra. Presidente do Executivo, Vogais da Cultura e Ação Social e funcionários da Junta de Freguesia de Benfica, pela disponibilidade sempre evidenciada para colaborar com a associação que representa (STIMULI). Tendo os alunos do designado "o Clube da Agulha" da Universidade Sénior de Benfica produzido algumas peças de roupa, questionou se estas poderiam ser entregues na Junta de Freguesia para posteriormente serem distribuídas a cidadãos carenciados. _____

--- A Senhora **Carmina Sousa (Munícipe)**, no uso da palavra, apresentou-se como residente na Rua Doutor Figueiredo, e louvou a intervenção da Junta de Freguesia nesta artéria, designadamente ao nível do reordenamento do estacionamento e remoção de ervas. _____

No entanto, apontou algumas carências na Rua Doutor Figueiredo, como a necessidade de nivelar as pedras do pavimento e incrementar a periodicidade da limpeza da rua. _____

Por fim, assinalou os constrangimentos criados pelo atual sistema de deposição e recolha de resíduos, especialmente em condomínios, identificando algumas falhas em termos de horário de recolha e separação de resíduos por parte dos cidadãos. _____

--- O Senhor **João Paulo (Munícipe)**, no uso da palavra, começou por questionar a Junta de Freguesia acerca do balanço efetuado a uma medida implementada em março de 2014, de atribuição de cheques-veterinário, indagando acerca do número total de cheques concedidos e centros de atendimento aderentes. _____

Neste âmbito, deixou a sugestão de criação de uma consulta veterinária, de modo a promover o bem-estar e a saúde animal na freguesia. _____

Seguidamente, alertou para a supressão de algumas tampas de sarjeta na Rua João Frederico Ludovice e consequente perigo para transeuntes incautos. _____

Relativamente a informação sobre contratos publicados na Base de Contratos Públicos *online*, solicitou esclarecimentos acerca da aquisição, por parte da Junta de Freguesia de Benfica, de duas máquinas de lavar e uma máquina de secar à Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger, bem como sobre o objeto do contrato celebrado com a empresa CANUVI – Gestão de Serviços e Soluções Integradas, Unipessoal, para aquisição de serviços de apoio à fiscalização na área da manutenção do espaço público e higiene urbana, num valor global de quarenta e seis mil e oitocentos euros (46.800€) para três anos. _____

--- A Senhora **Alexandra Carvalho (Munícipe)**, no uso da palavra, apresentou algumas sugestões – acompanhadas de fotografias a ser distribuídas por todos os elementos da Assembleia – relativas ao Parque Silva Porto, designadamente sobre o abrigo criado pela Junta de Freguesia em 2014 para alimentar a colónia de gatos existente, legalizada em outubro de 2012 no âmbito do Programa CED da Casa dos Animais de Lisboa. Solicitou a retirada da placa identificativa, que embora colocada pela Junta de Freguesia com a melhor das intenções,

indiretamente tem contribuído para o abandono de animais no local; a cimentação da zona dos abrigos para evitar a acumulação de água; colocação de cobertura no abrigo, de forma a evitar que os pavões entrem e se alimentem da comida destinada aos gatos. _____
Na sequência de um surto de tosse canina identificado em julho de 2015, com alegada origem na Mata de Benfica, sugeriu a deslocalização do bebedouro existente, apontando como exemplo o bebedouro existente no parque canino de S. João do Estoril. _____
Por fim, questionou a Junta de Freguesia acerca do recente abate de árvores na Mata de Benfica. _____

--- A Senhora **Gilda Caldeira (Munícipe)**, no uso da palavra, começou por louvar o Executivo e os funcionários da Junta de Freguesia pelo bom trabalho desenvolvido na organização da Feira de Natal. _____
Em seguida, questionou se eventualmente já foi adjudicada a manutenção dos espaços verdes a uma empresa, ultrapassando as condicionantes descritas em sessão anterior da Assembleia de Freguesia, e em caso afirmativo, qual a calendarização das intervenções no Bairro da Boavista, indicando que a periodicidade mensal será manifestamente insuficiente. _____
Reiterou a questão relativa à entidade responsável pela poda das árvores, atendendo a algumas situações extremas que se verificam no Bairro da Boavista. _____
Elencou mais algumas necessidades do Bairro da Boavista, nomeadamente a manutenção dos pavimentos e a célere resolução da questão da Unidade de Saúde Familiar – investimento estimado em quase um milhão de euros (1.000.000€), que não tem, no entanto, correspondido as expetativas criadas no que concerne ao número de médicos e capacidade de atendimento. __

--- A Senhora **Fátima Travassos (Munícipe)**, no uso da palavra, falou sobre a recém-criada Comissão de Moradores no Bairro da Boavista, composta exclusivamente por mulheres, bem como de alguns dos seus objetivos – que passam pela revisão da legislação relativa a habitação social, implementação de formação profissional no bairro, lavandaria comunitária, espaço para criação de animais, e um espaço de apoio à vítima de violência, mulheres, crianças e idosos – para os quais espera contar com a colaboração da Junta de Freguesia de Benfica, Câmara Municipal de Lisboa e Associação de Moradores do Bairro da Boavista. Para tal, solicitou o reconhecimento formal da comissão por parte da Assembleia de Freguesia. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa**, no uso da palavra, esclareceu que nos termos da Lei, a Assembleia de Freguesia não tem competências para constituir ou reconhecer formalmente qualquer associação de direito privado, a qual, depois de instituída segundo os trâmites legais, receberá tratamento indiferenciado por parte da Junta e Assembleia de Freguesia. _____

--- A Senhora **Presidente do Executivo**, em resposta, começou por saudar as intervenções dos fregueses, salientando a sua importância para o desenvolvimento da freguesia e para a qualidade do trabalho efetuado pelo Executivo. _____

Começando pela intervenção da munícipe **Laurentina Santos**, garantiu que as fitas antiderrapantes serão imediatamente colocadas nos degraus de acesso à Igreja, lamentando a demora da Junta de Freguesia na sua colocação. _____

Louvou o trabalho desenvolvido pela UNISBEN, que conta já com cerca de seiscentos alunos inscritos nos mais diversos cursos, oriundos não só da Freguesia de Benfica como de freguesias vizinhas. _____

Indicou que a Junta de Freguesia estará naturalmente disponível para rececionar e posteriormente distribuir os itens de vestuário produzidos pelo "O Clube da Agulha" da Universidade Sénior a cidadãos carenciados. _____

Passando para a intervenção da munícipe **Carmina Sousa**, agradeceu os elogios à intervenção efetuada pela Junta de Freguesia de Benfica na área do estacionamento na Rua Doutor Figueiredo, por delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa, congratulando-se com o facto de esta ir ao encontro das expetativas dos moradores. _____

Referiu que os trabalhos de remoção de ervas e de manutenção das calçadas são contínuos e permanentes, sendo que a Junta de Freguesia se esforça em dar uma resposta cabal às situações apontadas como mais urgentes. Indicou que estando atualmente aberta uma empreitada de manutenção de calçadas, irá confirmar se a Rua Doutor Figueiredo está incluída na mesma. _____

Informou que a Rua Doutor Figueiredo foi lavada duas vezes durante o verão, e argumentou que a natural impossibilidade técnica da Junta de Freguesia em proceder a uma limpeza diária de todas as vias, bem como os resíduos que se vão acumulando, tornam este trabalho manifestamente inglório, com resultados pouco aparentes para os cidadãos. Apontou como exemplo o fenómeno sazonal de queda de folhas das árvores, potenciado pelas condições climatéricas adversas – designadamente na Avenida Gomes Pereira, Rua das Garridas ou Rua dos Arneiros – que rapidamente mascara quaisquer traços das limpezas efetuadas diariamente. Mais explicou que as limpezas tanto podem ser efetuadas no período do dia (em artérias menos movimentadas), como no período da noite (nas artérias com maior tráfego automóvel), e daí nem sempre serem visíveis aos cidadãos. _____

Sendo a higiene urbana uma competência transferida para as Juntas de Freguesia no âmbito da reforma administrativa da cidade de Lisboa, revelou que a Junta de Freguesia de Benfica teve um período natural de adaptação a esta nova realidade, e acrescentou que foram recentemente adquiridos três equipamentos aspiradores de folhas e uma carrinha para auxiliar os trabalhos de limpeza das vias. _____

Na senda dos investimentos efetuados nesta área, abordou o reforço de meios humanos para fiscalização e coordenação dos trabalhos de limpeza, mencionados pelo munícipe **João Paulo**, de acordo com o contrato celebrado com a empresa CANUVI, num valor que ronda os mil e trezentos euros (1.300€) mensais por um período de três anos. _____

Relativamente ao acondicionamento de resíduos sólidos, informou que a Câmara Municipal de Lisboa – que detém a responsabilidade deste serviço – está a ponderar investir em contentores que permitem uma monitorização de capacidade e em recolhas mais regulares. Reconheceu os constrangimentos por vezes causados pelo atual sistema de recolha de resíduos, bem como os

benefícios das soluções implementadas, por exemplo, na Amadora ou na zona da Expo, com contentores subterrâneos. _____

Informou que em 2014 foram facultados quarenta e quatro cheques-veterinário, e em 2015, até ao momento, oitenta. Acrescentou que informação detalhada relativa a esta iniciativa é prestada mensalmente à Universidade Lusófona (entidade parceira) e trimestralmente à Assembleia de Freguesia, mediante a apresentação da informação escrita devida. _____

Relativamente à questão das tampas de sarjeta em falta – fruto de uma maior incidência de furtos destas estruturas – declarou que a Câmara Municipal de Lisboa já foi notificada e os locais devidamente sinalizados. _____

Em relação à aquisição de duas máquinas de lavar e uma máquina de secar, explicou que a Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger, sedeada na freguesia, possuía estes equipamentos com vista à implementação de uma lavandaria social, o que nunca veio a suceder. Consequentemente, propôs à Junta de Freguesia de Benfica a aquisição das máquinas, por um valor substancialmente inferior ao preço de mercado, o que a Junta de Freguesia aceitou, não só para potenciar o sucesso que a Lavandaria Comunitária de Benfica tem tido, como também para apoiar a referida associação, que passa por algumas dificuldades financeiras. _____

Passando para a intervenção da munícipe **Alexandra Carvalho**, começou por agradecer a sua colaboração na identificação e sinalização das colónias legalizadas e sensibilização para a legalização de novas colónias. _____

Relativamente ao Parque Silva Porto, destacou a disponibilidade que a Junta de Freguesia sempre evidenciou para colaborar com os responsáveis da colónia, de forma a estudar as soluções mais adequadas e tendentes a ir ao encontro dos desejos dos fregueses, incluindo os que residem nos condomínios vizinhos, não deixando de mencionar as complicações advenientes do tratamento de animais selvagens, cujo sistema implementado dificilmente é do agrado da globalidade dos cidadãos. _____

Em relação ao surto de tosse canina, afirmou que embora não existissem indícios de que tivesse a sua origem no Parque Silva Porto, a Junta de Freguesia diligenciou de imediato a desinfeção do espaço. _____

Acolheu a sugestão relativa ao bebedouro, que merecerá a melhor consideração. _____

Justificou o abate de três árvores na Mata de Benfica com o recente temporal que se fez sentir, e que deixou as referidas árvores em irrecuperável risco de queda. _____

Respondendo às questões colocadas pela munícipe **Gilda Caldeira**, confirmou que na sequência da receção do aguardado visto do Tribunal de Contas, a Junta de Freguesia de Benfica procedeu à adjudicação dos serviços de manutenção dos espaços verdes a uma empresa de jardinagem, sendo já visíveis algumas mudanças positivas na freguesia. Existindo um calendário que define a manutenção dos espaços verdes de acordo com a respetiva categoria, comprometeu-se a verificar a periodicidade de intervenção no Bairro da Boavista. ___

Explicou que embora a poda das árvores seja uma responsabilidade cuja entidade competente não está inteiramente definida, a Junta de Freguesia elaborou um plano plurianual que permite efetuar a poda de quinhentas árvores por ano, de acordo com o calendário definido, pelo que irá verificar para quando está programada uma intervenção no Bairro da Boavista. _____

Concordou que o aproveitamento da Unidade de Saúde Familiar no Bairro da Boavista, atendendo ao investimento efetuado, é uma constante preocupação da Junta de Freguesia, que tem feito diligências constantes junto da Câmara Municipal de Lisboa e da ARS pelo reforço de efetivos, sem resultados práticos até ao momento, pelo que urge ponderar novas medidas e soluções. _____

Em relação à intervenção da munícipe **Fátima Travassos**, congratulou-se com a constituição da referida comissão de moradores, sublinhando o facto de esta ser composta exclusivamente por mulheres. Secundando os esclarecimentos prestados pelo **Presidente da Mesa**, indicou que não obstante a sua imprescindível constituição legal, a Junta de Freguesia está aberta ao diálogo com os membros que a compõem. _____

Sobre os objetivos enumerados que esta comissão pretende alcançar, assinalou que alguns destes já se encontram implementados, desde formação profissional – tendo a Junta de Freguesia formado já mais de seiscentas pessoas – e Lavandaria Comunitária. Questões relacionadas com talhões para hortas comunitárias ou criação de animais devem ser colocadas diretamente à Câmara Municipal de Lisboa. _____

Por fim, em relação à criação de um gabinete de apoio à vítima, destacou o trabalho que a Junta de Freguesia tem vindo a realizar nessa área no Bairro da Boavista, numa parceria entre o pelouro da ação social da Junta de Freguesia e as forças de segurança, Santa Casa da Misericórdia e associações diversas ligadas à vertente social. Nesse sentido, solicitou que quaisquer casos conhecidos sejam imediatamente reportados à Junta de Freguesia, para que esta possa atuar em conformidade. _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, fez alusão ao art.º 263.º da Constituição da República Portuguesa, que define a relação entre a Assembleia de Freguesia e comissões de moradores constituídas, acrescentando que o próprio Regimento da Assembleia de Freguesia lhes confere direitos especiais, pelo que este assunto carece de esclarecimentos adicionais. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa**, em resposta, esclareceu que embora a constituição de comissões de moradores esteja prevista na Constituição da República Portuguesa, não há uma Lei Habilitante que outorgue à Assembleia de Freguesia competência na constituição ou reconhecimento legal destas comissões. _____

--- Em seguida, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação um requerimento para alteração à ordem de trabalhos, apresentado pelo Executivo, para inclusão dos Contratos Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular – Ano Letivo 2015/16 no Ponto n.º 6 da mesma, o qual foi aprovado por maioria, com a abstenção do CDS-PP. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação um requerimento para alteração à ordem de trabalhos, apresentado pelo Bloco de Esquerda, para inclusão de um ponto adicional para

apreciação de uma proposta de recomendação intitulada "Pela universalidade do acesso à Estação Ferroviária de Benfica".

--- A Senhora **Presidente do Executivo**, no uso da palavra, informou que a Junta de Freguesia de Benfica associou-se a um protesto dos moradores do Bairro do Calhariz de Benfica – assim como se tinha associado anteriormente às reivindicações apresentadas em sede de Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia – que reivindicam o acesso a cidadãos com mobilidade reduzida à Estação de Benfica, pela via da construção de uma rampa, construção de um elevador e abertura da porta de acesso à plataforma. Na sequência desta ação de protesto, a Junta de Freguesia reuniu com a Infraestruturas de Portugal para debater este assunto, que estará a ser devidamente ponderado pela empresa, aguardando a Junta de Freguesia pela sua célere resolução.

--- O Senhor **Presidente da Mesa**, na sequência da informação prestada, sugeriu que este ponto pudesse eventualmente integrar a ordem de trabalhos da próxima sessão da Assembleia de Freguesia, quando previsivelmente já seria possível debater novos dados, de acordo com eventual comunicação da empresa Infraestruturas de Portugal.

--- Tendo o requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda sido rejeitado, com os votos contra do PS, e votos favoráveis da CDU, CDS-PP e BE, a Bancada do Bloco de Esquerda retirou a proposta, substituindo-a por uma moção homónima.

--- Nada mais havendo a tratar neste período, a Assembleia entrou na ordem de trabalhos.

Ponto 1: Aprovação da Ata n.º 5/2015 (16.09.2015)

--- Não havendo intervenções sobre a mesma, o Senhor Presidente da Mesa colocou a Ata n.º 5/2015, de 16.09.2015, à votação, sendo **aprovada por maioria**, com a abstenção (CDS-PP), por não ter estado presente na respetiva sessão.

Ponto 2: Aquisição de serviços com vista à obtenção de certificação legal de contas da Junta de Freguesia de Benfica

--- Não havendo intervenções por parte da Assembleia, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou a **Proposta nº 750/2015** constante deste ponto da ordem de trabalhos à votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com os votos favoráveis do PS e CDS-PP, e os votos contra da CDU e BE.

--- *Por unanimidade, a Assembleia aprovou em minuta a parte da ata referente à deliberação acabada de tomar.* _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, justificando o voto contra com o procedimento de ajuste direto adotado. ____

Ponto 3: Abertura de procedimentos concursais para recrutamento e seleção de Chefes de Divisão

--- Não havendo intervenções por parte da Assembleia, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou a **Proposta nº 799/2015** constante deste ponto da ordem de trabalhos à votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com a abstenção do CDS-PP. _____

--- *Por unanimidade, a Assembleia aprovou em minuta a parte da ata referente à deliberação acabada de tomar.* _____

--- A Senhora **Paula Cristina Portugal Mendes Rapoula (CDS-PP)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual sugere um maior envolvimento da Assembleia de Freguesia neste processo. _____

Ponto 4: Aprovação das Grandes Opções do Plano (PPI e PPA), Orçamento e Mapas de gestão de recursos humanos para 2016

--- Não havendo intervenções por parte da Assembleia, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou a **Proposta nº 901/2015** constante deste ponto da ordem de trabalhos à votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e os votos contra da CDU, CDS-PP e BE. _____

--- *Por unanimidade, a Assembleia aprovou em minuta a parte da ata referente à deliberação acabada de tomar.* _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, justificando o voto contra com o facto de as Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentados consubstanciarem uma política de continuidade, pouco ambiciosa, mascarada com a assunção de um conjunto de obras da responsabilidade direta da Câmara Municipal de Lisboa, decorrentes de Orçamentos Participativos. _____

Assinalou ainda a ausência de compromissos efetivos em relação ao Palácio Baldaia, edifício apontado pelo Executivo como passível de acolher atividades culturais, incluindo uma biblioteca.

Ponto 5: Centro Clínico – Alteração da taxa referente às consultas médicas dos funcionários, colaboradores, eleitos locais e respetivos familiares

--- Não havendo intervenções por parte da Assembleia, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou a **Proposta nº 913/2015** constante deste ponto da ordem de trabalhos à votação, tendo sido aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PS, CDS-PP e BE, e os votos contra da CDU.

--- Por unanimidade, a Assembleia aprovou em minuta a parte da ata referente à deliberação acabada de tomar. _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, justificando o voto favorável do Bloco de Esquerda com a necessidade de garantir o funcionamento do Centro Clínico, não deixando de fazer um reparo ao aparente descontrolo na fórmula de cálculo dos custos associados. Acrescentou que o Bloco de Esquerda se opõe a benefícios atribuídos a eleitos locais, em nada distintos dos restantes cidadãos. _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual, além de concordar com a consideração final da intervenção anterior, chamou a atenção para a retificação da repartição de valores das consultas, condicentes com as questões levantadas pela CDU aquando da apresentação da primeira proposta relativa à alteração de taxas do Centro Clínico. _____

Ponto 6: Ratificações

--- O Senhor **Presidente da Mesa** colocou os documentos constantes deste ponto da ordem de trabalhos a ratificação, ponto por ponto, sendo os resultados das votações os seguidamente descritos: _____

Proposta n.º 765/2015 – Taxas e reduções a aplicar ao projeto "Academia do Saber" da Junta de Freguesia de Benfica. **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e as abstenções da CDU, CDS-PP e BE. _____

--- A Senhora **Paula Cristina Portugal Mendes Rapoula (CDS-PP)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, indicando que a Bancada do CDS-PP, embora concordando com a validade da maioria dos protocolos apresentados, irá abster-se em todas as deliberações neste ponto, por discordar do método adotado pela Assembleia para ratificação de propostas, que se substitui à prévia discussão e deliberação da Assembleia de Freguesia, conforme estabelecido na Lei, competência da qual o órgão abdica por força da autorização prévia genérica concedida à Junta de Freguesia para celebração de protocolos. _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, reiterando a posição da CDU sobre esta matéria, classificando de défice democrático o facto de a Assembleia de Freguesia abdicar da sua competência de discussão e deliberação prévia dos protocolos. _____
Relativamente a esta proposta em concreto, assinalou o escalonamento das mensalidades, por forma a reduzir os custos para as famílias, de acordo com a intervenção da CDU aquando da apresentação deste projeto. _____
Por outro lado, expressou a sua discordância com o terceiro ponto da proposta, o qual atribui ao Vogal da Educação poder discricionário para redução da mensalidade a pagar, em casos de comprovada incapacidade económica. _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual vincou o papel da Assembleia de Freguesia na discussão e eventual melhoria das propostas apresentadas pelo Executivo, função esvaziada pela autorização prévia genérica concedida à Junta de Freguesia para celebrar protocolos, o que consubstancia um total desrespeito para com este órgão autárquico. _____

Contrato Programa – Atividades de Enriquecimento Curricular – Ano Letivo 2014/2015. **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP.

Contrato Programa – Atividades de Enriquecimento Curricular – Ano Letivo 2015/2016. **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP.

Adendas aos protocolos de colaboração "Componente de Apoio à Família (CAF)" e "Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF)" – Agrupamento de Escolas de Benfica e Quinta de Marrocos – Ano Letivo 2014/2015. **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP. _____

Protocolos de colaboração "Componente de Apoio à Família (CAF)" e "Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF)" – Agrupamento de Escolas de Benfica e Quinta de Marrocos – Ano Letivo 2015/2016. **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP. _____

INFORMAÇÃO N.º 4/2015: _____

Ponto n.º 1: *Fundos de Emergência Social* (Propostas n.º 697, 809, 810 e 811/2015). **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e as abstenções da CDU, do CDS-PP e BE. _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual reiterou que a abstenção da CDU no que concerne a Fundos de Emergência Social visa não obstaculizar a cedência dos respetivos apoios, embora entenda que não se deva proceder a uma discussão concreta e individualizada de cada apoio concedido a cidadãos particulares. _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual clarificou que embora não seja objetivo do Bloco de Esquerda dificultar o acesso da população a apoios cedidos pela Junta de Freguesia, abstém-se nesta votação pela ausência de discussão ponto a ponto de cada uma das propostas apresentadas pelo Executivo. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa**, à semelhança do efetuado nas mais recentes sessões, e para esclarecimento do público, explicou que a Assembleia de Freguesia deliberou por maioria mandatar a Junta de Freguesia a poder celebrar protocolos e acordos com instituições públicas ou privadas, os quais são posteriormente submetidos à Assembleia de Freguesia para ratificação, o que lhes confere eficácia externa. Acrescentou que este procedimento continuará a vigorar até que a Assembleia revogue a deliberação tomada. _____

Ponto n.º 2: *Celebração de Protocolo de utilização do Ringue António Livramento do Complexo Desportivo da Junta de Freguesia de Benfica com a União Desportiva Corvos XXI* (Proposta n.º 722/2015). **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP. _____

Ponto n.º 3: *Atribuição de apoio financeiro ao Grupo 78 de Benfica – Associação dos Escuteiros de Portugal* (Proposta n.º 734/2015). **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP. _____

Ponto n.º 4: *Atribuição de apoio financeiro a diversas instituições no âmbito do Programa BIS – Banco de Ideias Sociais.* (Proposta n.º 786/2015). **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP. _____

Ponto n.º 5: *Celebração de protocolo de cooperação entre a Junta de Freguesia de Benfica e o Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos* (Proposta n.º 794/2015). **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP. _____

Ponto n.º 6: *Celebração de Protocolo de cooperação entre a Junta de Freguesia de Benfica e a Lusitânia – Companhia de Seguros, S.A.* (Proposta n.º 795/2015). **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP.

Ponto n.º 7: *Atribuição de apoio financeiro à Associação de Fraternidade Cristã "O Companheiro"* (Proposta n.º 800/2015). **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP.

Ponto n.º 8: *Celebração de Protocolo de utilização do Complexo Desportivo do Bairro da Boavista com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 2+3 Almeida Garrett* (Proposta n.º 821/2015). **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP.

Ponto n.º 9: *Celebração de Protocolo de utilização do Complexo Desportivo do Bairro da Boavista com a Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora* (Proposta n.º 822/2015). Ratificado por maioria, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP.

Ponto n.º 10: *Atribuição de apoio financeiro à Associação Jovens Seguros no âmbito do projeto "Boavista Takeaway"* (Proposta n.º 823/2015). **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, e as abstenções da CDU, CDS-PP e BE.

Ponto n.º 11: *Adenda ao protocolo de utilização do Ringue António Livramento do Complexo Desportivo da Junta de Freguesia, celebrado entre a Junta de Freguesia de Benfica e a União Desportiva Corvos XXI* (Proposta n.º 824/2015). **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP.

Ponto n.º 12: *Atribuição de apoio financeiro ao projeto "Verdinhos" – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Nossa Senhora do Amparo de Benfica, referente aos meses de novembro a dezembro/2015* (Proposta n.º 827/2015). **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS e CDU, e as abstenções do CDS-PP e BE.

Ponto n.º 13: *Transferência de verba para os Agrupamentos de Escolas no âmbito do apoio à gestão escolar – Última tranche do ano letivo 2014/2015* (Proposta n.º 828/2015). **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP.

Ponto n.º 14: *Apoio à STIMULI – Associação de Cultura e Artes de Lisboa – Universidade Intergeracional de Lisboa* (Proposta n.º 845/2015). **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP.

Ponto n.º 15: *Apoio à Associação ADN – Artistic Development Nucleus* (Proposta n.º 849/2015). **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP.

Ponto n.º 16: Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia e a Escola Superior de Educação de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa, para realização de estágios curriculares do 2.º ano, no âmbito da Licenciatura em Música na Comunidade (Proposta n.º 853/2015). **Ratificado por maioria**, com os votos favoráveis do PS, CDU e BE, e a abstenção do CDS-PP.

--- Não havendo mais intervenções relativamente a este ponto, a Assembleia entrou no ponto seguinte da ordem de trabalhos. _____

Ponto 7: Informação Escrita da Presidente da Junta à Assembleia de Freguesia

--- A Senhora **Presidente do Executivo**, no uso da palavra, começou por tecer algumas considerações relativamente à Academia do Saber, projeto que tem sido entusiasticamente acolhido pelos encarregados de educação dos alunos do quinto ano da freguesia, pela oferta de atividades lúdico-pedagógicas que possibilitam a esses alunos permanecer no estabelecimento escolar nos horários de trabalho dos pais. _____

Relativamente ao poder discricionário atribuído ao Vogal da Educação para redução da mensalidade, indicou que este obedece a critérios próprios adequadamente definidos, em função do escalonamento da Segurança Social e da comprovada situação financeira das respetivas famílias, conforme documentado pelos serviços técnicos da Junta de Freguesia, mediante informação do Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família. Desta forma, garante-se que a decisão tomada não obedece a critérios políticos mas exclusivamente a critérios técnicos. _____

Seguidamente, explicitou a importância do dinamismo da Junta de Freguesia na assunção de determinadas responsabilidades, apontando como exemplo a Componente de Apoio à Família, cujo respetivo protocolo de delegação de competências não raro chega já com o ano letivo em pleno curso. _____

Sendo alguns dos protocolos anteriormente ratificados referentes a Fundos de Emergência Social, em termos de medicação, sublinhou que o *timing* para a atribuição destes apoios, pelo seu inerente caráter de urgência, não se compadece com a normal calendarização das sessões da Assembleia de Freguesia, sob pena de a Junta de Freguesia se tornar completamente inoperante em casos semelhantes. Mais acrescentou que cabendo à Assembleia de Freguesia a ratificação dos protocolos celebrados, a Junta de Freguesia incorre no risco de ter de arcar com as consequências legais de uma eventual não ratificação de um protocolo firmado. _____

Relativamente às condições efetivas de trabalho da Assembleia de Freguesia, assegurou que continuarão a ser equacionadas diferentes soluções para tornar mais eficiente o espaço físico

destinado à Assembleia, estando a Junta de Freguesia igualmente disponível para acolher quaisquer sugestões dos seus membros nesse sentido. _____

Em relação à informação escrita apresentada, passou a realçar alguns pontos de maior pertinência. _____

Destacou o aumento do número de alunos abrangidos pelas Atividades de Enriquecimento Curricular – trezentos e cinquenta no ano transato, oitocentos e cinquenta no presente ano letivo – bem como o facto de não se terem registado quaisquer constrangimentos na colocação de professores e normal decurso das atividades asseguradas integralmente pela Junta de Freguesia de Benfica. Sublinhou a oferta curricular nas áreas de expressão dramática, expressão plástica, música, desporto, inglês e tecnologias de informação, sendo o *feedback* dos Agrupamentos Escolares manifestamente positivo. _____

Também na Componente de Apoio à Família tem-se registado um aumento significativo do número de alunos participantes, numa iniciativa amplamente valorizada pelos pais e encarregados de educação, com atividades disponibilizadas ao longo de todo o ano, incluindo as interrupções letivas. Revelou que inclusivamente encarregados de educação de alunos inscritos em estabelecimentos escolares privados têm demonstrado interesse em aderir aos diversificados programas patrocinados pela Junta de Freguesia, sem custos adicionais para as famílias. _____

No âmbito do Orçamento Participativo da Junta de Freguesia de Benfica, louvou a ampla participação da comunidade escolar na votação das quarenta e uma propostas apresentadas, entre as quais se incluem intervenções no parque escolar. _____

Também no âmbito do Banco de Ideias Sociais, informou que foram aprovadas dez candidaturas referentes a projetos sociais de interesse para a freguesia. _____

Relativamente às acessibilidades à Estação da CP de Benfica, referiu que na próxima sessão da Assembleia Municipal será formalmente apresentada uma petição subscrita pelos moradores do Bairro do Calhariz e pelo Executivo da Junta de Freguesia – num total que ascende a cerca de mil assinaturas – pelo que é previsível que na próxima sessão da Assembleia de Freguesia seja possível divulgar informações adicionais sobre o assunto. _____

Salientou ainda dois projetos de grande monta previstos para a Freguesia de Benfica: requalificação da zona de estacionamento junto ao Fonte Nova, na Alameda Ricardo Espírito Santo, no âmbito do projeto municipal "Uma Praça em cada Bairro", que conferirá uma renovada centralidade ao espaço, que contará com novas zonas de lazer e recreio; requalificação da Alameda Padre Álvaro Proença e zona de estacionamento em frente ao Parque Silva Porto Relativamente ao primeiro projeto, e sendo uma das preocupações da população a questão do estacionamento, foi garantido pela Câmara Municipal de Lisboa que a oferta de estacionamento será aumentada nas zonas limítrofes, de modo a compensar a diminuição da oferta no parque de estacionamento do Fonte Nova. Será igualmente assegurado o tratamento acústico da 2.ª Circular, com eventual substituição do piso e limitação de velocidade. _____

Assinalou a proatividade da Junta de Freguesia de Benfica na reivindicação e apresentação de projetos concretos para a freguesia – que ultrapassam a mera formulação de ideias – à Câmara Municipal de Lisboa, orçados em cerca de dois milhões e meio de euros (2.500.000€), que

poderão ser executados diretamente pela Câmara Municipal ou eventualmente delegados na própria Junta de Freguesia, o que permitiria uma execução mais célere. _____
No âmbito da delegação de competências, informou que relativamente ao Orçamento Participativo, foram aprovadas transferências para a Junta de Freguesia de Benfica no valor de cento e cinquenta mil euros (150.000€) para adaptação de passadeiras, e setenta e cinco mil euros (75.000€) para a requalificação da pista de radiomodelismo de Monsanto, que ficará sob a gestão da Junta de Freguesia. _____
Concluiu a sua intervenção deixando um sentido elogio aos colaboradores da Junta de Freguesia de Benfica, que em especial durante este último ano revelaram excecional capacidade de adaptação – na consolidação da reforma administrativa – e espírito de cooperação, formando uma equipa forte e coesa, e contribuindo assim para o desenvolvimento estrutural deste órgão autárquico, melhor preparado para dar uma resposta célere e eficiente às necessidades da freguesia. _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, e fazendo alusão à argumentação relativa à questão da ratificação de protocolos, declarou que não obstante a premência de alguns dos apoios apresentados, os eleitos da CDU estão inteiramente disponíveis para reunir extraordinariamente sempre que se justificar deliberar a atribuição dos mesmos, pelo que o normal funcionamento da Assembleia de Freguesia não deverá consubstanciar um obstáculo ao trabalho efetuado pelo Executivo. _____

--- Não havendo mais intervenções sobre este ponto, a Assembleia entrou no último ponto da ordem de trabalhos. _____

Ponto 8: Outros assuntos de interesse para a Freguesia

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, começou por interpelar a Mesa relativamente às sucessivas faltas dos eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia, o que altera drasticamente a correlação de forças presente, pelo que, em nome da transparência devida aos eleitores, solicitou informação adicional sobre este assunto. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa**, respondendo a esta questão específica, indicou que a Mesa requereu ao secretariado de apoio uma relação das faltas injustificadas de todos os eleitos para a Assembleia futuramente deliberar sobre eventuais perdas de mandato por terem sido ultrapassados os limites de faltas legalmente previstos. _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, continuando a sua intervenção, declarou que da argumentação utilizada pela Presidente da Junta de Freguesia pode-se concluir que esta seria incapaz de a gerir sem recurso a uma maioria absoluta que lhe conferisse uma

autorização prévia para sozinha deliberar sobre protocolos, demitindo-se a Assembleia de Freguesia da sua função de debate e enriquecimento das propostas apresentadas. _____

Por outro lado, assinalou serem despropositadas as preocupações do Executivo relativamente à eventual não ratificação de qualquer protocolo, uma vez que a ratificação está automaticamente garantida pela maioria na Assembleia, que não se coíbe de colocar o interesse partidário acima dos reais interesses da população. _____

Seguidamente, e não obstante concordar que o atual Executivo marcou uma etapa de viragem na realidade da Freguesia de Benfica, considerou excessiva a promoção e propaganda que é efetuada, através de diversas publicações e ações publicitárias, ao trabalho da Junta de Freguesia, que mais não faz do que cumprir a sua função. A título de exemplo, chamou a atenção para um anúncio de página inteira publicado numa revista publicitária da freguesia, relativamente a atividades da Junta de Freguesia, questionando se a revista da Junta de Freguesia, publicada dias depois, não poderia ter cumprido essa função. Adicionalmente, rebateu as declarações da Presidente da Junta de Freguesia na referida entrevista, segundo as quais mantém um estreito diálogo com a Oposição na Assembleia de Freguesia, lembrando, por exemplo, que a maioria na Assembleia rejeitou a constituição de uma comissão de acompanhamento da transição de competências para a Junta de Freguesia. _____

Realçou que independentemente de toda a propaganda política efetuada ao trabalho do Executivo, certo é que a freguesia continua a carecer de um lar de terceira idade e uma biblioteca, projetos adiados há sucessivos anos. _____

Fez ainda referência ao alarde da inauguração do denominado Jardim Sustentável, atualmente em estado deficitário e com árvores destruídas, por não contar com manutenção profissional, sendo mantido exclusivamente pelos moradores locais. _____

Aproveitou para solicitar alguns esclarecimentos acerca de um edifício situado junto ao Jardim Sustentável, questionando se é de propriedade pública e em que moldes foi contratualmente cedido, atendendo a queixas recentes de ruído na vizinhança. _____

Indagou o objetivo do acumulamento de terra que se encontra na Rua Paz dos Reis, recentemente intervencionada. _____

Assinalou que os contratos por ajuste direto celebrados pelo atual Executivo ascendem já a doze milhões de euros (12.000.000€). Tratando-se de gestão dinheiros públicos numa altura em que tantos sacrifícios são impostos à população, frisou a importância de a Assembleia de Freguesia exercer cabalmente a sua competência de fiscalização, não se limitando a ratificar protocolos anteriormente estabelecidos. _____

Mais lembrou que a deliberação sobre protocolos a celebrar não carece necessariamente da convocação de Assembleias Extraordinárias, uma vez que a Assembleia de Freguesia pode constituir comissões para o efeito, solução, porém, que aparentemente não vai ao encontro do pensamento político do Executivo. _____

Como nota final, e atendendo à recente mudança de Governo, evidenciou a sua esperança de que quaisquer sacrifícios requeridos à sociedade portuguesa no próximo ano tenham utilidade prática e não sirvam pura e simplesmente para acudir aos bancos que sucessivamente vão falindo. _____

--- O Senhor **Ricardo Alexandre de Carvalho (PS)**, alegando a defesa da honra, argumentou que a Bancada do Partido Socialista não passou qualquer cheque em branco ao Executivo nem se demite das suas funções na Assembleia de Freguesia, no que respeita à necessária fiscalização da ação do Executivo, onde se inclui a celebração de protocolos. Antes, entendeu simplesmente ser necessário conferir à Junta de Freguesia a devida agilidade temporal para a tomada de decisões em tempo útil, em prol do superior interesse dos fregueses. _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, começou por contrastar a colorida publicidade que é feita à atuação do Executivo com aquilo que alega ser a realidade dos factos, uma vez que os projetos mais sonantes para a Freguesia de Benfica – Zona 30 no Bairro do Charquinho, projeto de Mobilidade em Benfica, reordenamento do estacionamento, entre outros – mais não são do que resultado de delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito dos Orçamentos Participativos, reduzindo-se a Junta de Freguesia de Benfica ao papel de empreiteira na execução dos mesmos, em detrimento das suas competências próprias. Por outro lado, a Junta de Freguesia pode sempre rebater quaisquer críticas da população escudando-se no argumento de que as competências são efetivamente da Câmara Municipal, e não da Junta de Freguesia. _____
Solicitou informações acerca do novo Posto de Limpeza do Bairro da Boavista, questionando quais os fatores que têm impedido a entrada em funcionamento deste equipamento. _____
Concordando com a deslocalização das estruturas montadas para albergar o Mercado de Levante – projeto que não mereceu a aprovação da CDU – para a Escola Primária Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, não deixou de salientar o desperdício de recursos públicos na instalação e reinstalação das mesmas. Mais questionou a posição da Câmara Municipal de Lisboa em relação a este tema, e se foi definida uma data para a deslocalização das referidas estruturas. __
Relativamente à temática das acessibilidades à Estação de Benfica, que tem vindo a ganhar nova visibilidade, fez notar que a Câmara Municipal acolheu uma proposta dos Vereadores da CDU, apresentada na Reunião de Câmara de 11 de novembro, tendo-se comprometido a encetar conversações com a Infraestruturas de Portugal e CP. Frisou que tal tomada de posição implica um reconhecimento por parte da Câmara Municipal de Lisboa da incapacidade até agora demonstrada para enveredar pela via do diálogo como forma de dar força às justas reivindicações da população com vista à resolução deste problema. _____
Concluiu a sua intervenção, sublinhando a importância de estabilizar serviços tão importantes como a manutenção dos espaços verdes e dos passeios antes que as condições climatéricas piorem. _____

--- A Senhora **Presidente do Executivo**, em resposta, argumentou em defesa da política e da equipa de comunicação da Junta de Freguesia, saudando o trabalho extraordinário efetuado na prestação de informação útil aos cidadãos, contrastando com proposta do Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia, sugerindo que a revista da Junta de Freguesia fosse impressa a preto e branco. _____

Ressalvou que iniciativas como o Mercado de Natal são promovidas com custos reduzidos para a Junta de Freguesia, e têm uma função social acentuada, uma vez que permitem apoiar as associações que nelas participam. Mais acrescentou que esta dinâmica de eventos visa acima de tudo respeitar os fregueses e as suas tradições instaladas, e nunca para promoção pessoal ou do Executivo, e saudou o assinalável crescimento que estas iniciativas têm tido por força de uma cada vez maior adesão popular, o que contribui sobremaneira para a dinamização da cultura em Benfica. _____

Falando ainda sobre a área da cultura, informou que a Junta de Freguesia tem enviado ofícios à EGEAC, reivindicando apoios para a freguesia, tendo em conta que estes estarão concentrados no centro da cidade de Lisboa. _____

Sendo defensora fervorosa da descentralização de competências nas Juntas de Freguesia, manifestou o seu regozijo pelo facto de a reforma administrativa contemplar a atribuição de mais competências próprias às freguesias, cabendo aos órgãos autárquicos laborar com vista à natural adaptação a uma nova realidade, a qual carece igualmente de revisão legislativa que melhor enquadre os recursos humanos e materiais necessários. _____

Por outro lado, argumentou que a descentralização de competências nas Juntas de Freguesia, designadamente em matérias como a manutenção do espaço público e espaços verdes, permite uma atuação mais célere e eficaz. _____

Rejeitou liminarmente a ideia de que a Junta de Freguesia de Benfica é mera empreiteira da Câmara Municipal de Lisboa na execução de determinadas obras, frisando o trabalho que tem sido efetuado no âmbito do gabinete técnico da Junta de Freguesia – iniciativa pioneira na cidade de Lisboa – para apresentação de propostas concretas e detalhadas à Câmara Municipal, apontando como exemplo o projeto que visa repavimentar e reperfilar o estacionamento na Avenida Gomes Pereira, tendo a Junta de Freguesia atualmente capacidade técnica para elaborar e executar o projeto, por delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa. _

Frisou ainda a maior capacidade de intervenção das Juntas de Freguesia em áreas como a manutenção de pavimentos, por força da proximidade à população e profundo conhecimento da realidade local. _____

Relativamente aos ajustes diretos, explicou tratar-se de mecanismos previstos na Lei que permitem agilizar, de forma totalmente transparente e fiscalizável, o processo de aquisição de serviços. No entanto, mencionou que concomitantemente, por força do crescimento de escala da Junta de Freguesia, têm sido também lançados mais concursos públicos. _____

Relembrou notícia recente veiculada pelo jornal Público, que destacava a Junta de Freguesia de Benfica como uma das freguesias de Lisboa com maior índice de transparência na publicação de todos os seus contratos na Base GOV. _____

Em relação a entrevista publicada no jornal "O Freguês", explicou tratar-se de um projeto recente na freguesia, uma nova publicação mensal que embora financeiramente apoiada pela Junta de Freguesia – à semelhança do que acontece com o "Jornal de Lisboa" – possui uma linha editorial independente, que se propõe dar a conhecer a Freguesia de Benfica, mediante publicação de informação útil e diversa. _____

Não obstante o compromisso assumido pela Junta de Freguesia de vir a apoiar a construção de equipamentos estruturantes como um lar de terceira idade ou a Biblioteca de Benfica, relembrou que estes projetos não são da competência da freguesia, a qual, no entanto, tem diligenciado ativamente junto da Câmara Municipal, reivindicando a requalificação do Palácio Baldaia, de modo a ser transformado em centro cultural. _____

Relativamente às estruturas implementadas para acolher o Mercado de Levante – iniciativa que embora concertada com a população, não avançou por reticência dos comerciantes de venda ambulante em se coletarem – e a sua eventual deslocalização para a Escola Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, explicou que tendo sido um projeto cofinanciado pela União Europeia, mediante objeto de candidatura, existe um prazo no qual as estruturas não podem ser deslocalizadas, sob pena de o Município de Lisboa vir a ser penalizado. Consequentemente, e atendendo aos custos associados à referida penalização, bem como à deslocalização das estruturas em si, torna-se mais viável a aquisição de uma estrutura nova para colocação no estabelecimento escolar. ____

Em relação à questão levantada sobre o Jardim Sustentável, revelou que este projeto – que originalmente partia de um pressuposto de autossustentabilidade – tem sido muito acarinhado pela população, que com a conivência da Junta de Freguesia, tem procedido à plantação de espécies que carecem de manutenção adicional. Deste modo, o objeto do projeto foi reestruturado, privilegiando-se uma manutenção da responsabilidade dos cidadãos locais, que será devidamente apoiada pela Junta de Freguesia, através da empresa contratada para manutenção dos espaços verdes. _____

Na conclusão da sua intervenção, aproveitou para apelar à participação popular nas iniciativas que irão decorrer, nomeadamente o Mercado de Natal e Benfica Street Market, louvando o trabalho dos Vogais Ricardo Marques e Carla Rothes na organização destes eventos. _____

Como nota final, e relativamente à questão das relações institucionais com a Oposição na Assembleia de Freguesia, manifestou-se inteiramente disponível para responder a qualquer questão suscitada pelos eleitos autárquicos. Porém, relembrou que tais relações institucionais funcionam nos dois sentidos, salientando a ausência do eleito do Bloco de Esquerda na Comissão de Acompanhamento do Orçamento Participativo ou na Comissão da Juventude. ____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, alegando a defesa da honra, justificou a sua ausência nas reuniões das referidas comissões com a sucessiva alteração ao horário estipulado, que se traduz num total desrespeito pelos compromissos pessoais e profissionais dos eleitos locais. _____

--- Em seguida, o Senhor **Presidente da Mesa** deu a palavra aos membros da Assembleia para apresentação das respetivas moções. _____

--- A Senhora **Paula Cristina Portugal Mendes Rapoula (CDS-PP)**, no uso da palavra, passou a apresentar um voto de saudação, o qual foi posteriormente anexado à ata ***(Anexo 1)***. _____

--- Não havendo intervenções sobre o mesmo, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação o voto de saudação intitulado "40 anos do 25 de novembro de 1975", apresentado pelo CDS-PP, o qual foi **rejeitado**, com três votos favoráveis (dois do PS, um do CDS-PP) e votos contra das restantes forças políticas. _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual afirmou que a direita portuguesa, retrógrada e conservadora, mal consegue conter a cólera pelos resultados das eleições de 4 de novembro e eventos subsequentes. Gorada a sua visão mesquinha de democracia com a queda do denominado "arco da governação", torna-se mais fácil para a direita portuguesa viver o passado e insistir em abrir feridas há muito curadas do que encarar o presente e o futuro da nação. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual justificou o seu voto favorável a esta moção com a impossibilidade de negar a história e a importância do 25 de novembro para a implantação da democracia. _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, passou a apresentar uma moção, a qual foi posteriormente anexada à ata ***(Anexo 2)***. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação a moção "Em defesa dos serviços públicos de água, saneamento e gestão de resíduos", apresentada pela CDU, a qual foi **rejeitada**, com os votos favoráveis da CDU e BE, e os votos contra do PS e CDS-PP. _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, passou a ler uma moção, a qual foi posteriormente anexada à ata ***(Anexo 3)***. _____

--- Não havendo intervenções sobre a mesma, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação a moção "Pela aplicação do regime das trinta e cinco horas a todos os trabalhadores da Junta de Freguesia", apresentada pela CDU, a qual foi **rejeitada**, com os votos favoráveis da CDU e BE, e os votos contra do PS e CDS-PP. _____

--- A Senhora **Paula Cristina Portugal Mendes Rapoula (CDS-PP)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, indicando que o CDS-PP vota contra a presente moção, não pela reivindicação das trinta e cinco horas de trabalho, mas pela argumentação utilizada nos considerandos e pelo tom de exigência implícito. _____

--- O Senhor **Ricardo Alexandre de Carvalho (PS)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual evidenciou alguma surpresa pelo teor da moção, uma vez que é alegadamente do conhecimento dos membros da Assembleia de Freguesia que antes mesmo da declaração com força obrigatória geral do Tribunal Constitucional, a Junta de Freguesia de Benfica celebrou protocolos com o SINTAP e o STAL, de modo a que todos os seus

colaboradores estivessem sujeitos a um regime de trinta e cinco horas de trabalho, pelo que a moção se torna extemporânea. _____

--- A Senhora **Presidente do Executivo**, questionada pelo eleito da CDU sobre a assinatura efetiva do ACEP, esclareceu que só falta a assinatura do STML, pelo que eventualmente a moção faria mais sentido se direcionada ao referido sindicato. _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, passou a ler uma moção, a qual foi posteriormente anexada à ata ***(Anexo 4)***. _____

--- Não havendo intervenções sobre a mesma, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação a moção "Saudação à luta do Povo Português na defesa e pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa", apresentada pela CDU, a qual foi aprovada por **maioria**, com os votos favoráveis PS, CDU e BE, e o voto contra do CDS-PP. _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, passou a apresentar uma moção referente ao *atravessamento pedonal na zona em frente à estação da CP de Benfica* a qual foi posteriormente anexada à ata ***(Anexo 5)***. _____

--- Não havendo intervenções sobre a mesma, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação a moção apresentada pelo BE, a qual foi **rejeitada**, com quatro votos a favor (CDU, CDS-PP, BE e um elemento do PS), e seis votos contra (PS). _____

--- O Senhor **Ricardo Alexandre de Carvalho (PS)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual afirma que a moção apresentada é uma vez mais temporalmente desajustada, uma vez que a Junta de Freguesia já encetou negociações tendentes à resolução do problema nela referido. Mais acrescentou que tendo a Junta de Freguesia se associado a uma manifestação popular que defendeu a resolução deste problema, estranhou o facto de o Bloco de Esquerda não ter participado dessa manifestação. _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, alegando a defesa da honra, afirmou desconhecer a realização de qualquer tipo de manifestação junto à Estação da CP. ____ Por outro lado, não tendo o Bloco de Esquerda conhecimento formal de qualquer movimentação com vista à resolução deste problema, continuará legitimamente a reivindicar nesse sentido. ___

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, passou a apresentar uma moção, a qual foi posteriormente anexada à ata ***(Anexo 6)***. _____

--- Não havendo intervenções sobre a mesma, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação a moção "Pela universalidade do acesso à Estação Ferroviária de Benfica", apresentada pelo

Bloco de Esquerda, a qual foi **rejeitada**, com dois votos a favor (BE e CDS-PP), seis votos contra (PS), e duas abstenções (um elemento do PS e um elemento da CDU). _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual justificou a sua abstenção com o conflito de interesses gerado pelo facto de ser funcionário da Infraestruturas de Portugal. Consequentemente, e de modo a evitar a repetição da deliberação por eventual falta de quórum, optou pela abstenção na presente votação. _____

--- O Senhor **Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira (BE)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual defendeu que o legítimo interesse da população deve sempre sobrepor-se a todo e qualquer interesse partidário, podendo-se concluir da presente deliberação que nem todos os membros da Assembleia de Freguesia estão unidos neste objetivo. _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual justificou a abstenção da CDU com a expetativa pelo cumprimento dos compromissos assumidos pela Câmara Municipal de Lisboa, decorrentes da proposta apresentada na Reunião de Câmara de 11 de novembro, argumentando que o expediente da mobilização popular neste momento poderá servir para desresponsabilizar a Câmara Municipal de Lisboa nesta matéria. _____

--- O Senhor **Ricardo Alexandre de Carvalho (PS)**, no uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, na qual defendeu não fazer sentido o apelo à mobilização popular quando já existem negociações em curso tendentes à resolução do problema. _____

--- A Senhora **Presidente do Executivo**, alegando a defesa da honra, classificou de totalmente inaceitáveis as declarações segundo as quais a Junta de Freguesia não tem estado ao lado da população, defendendo os seus interesses nesta matéria, lembrando as posições assumidas em sede de Assembleia de Freguesia, Assembleia Municipal e Assembleia da República. Acrescentou tratar-se de pura demagogia o apelo à mobilização popular nesta altura, tendo já decorrido uma manifestação na qual a Junta de Freguesia esteve ao lado da população. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa**, na conclusão dos trabalhos, lamentou o facto de vários membros da Assembleia faltarem às sessões de forma injustificada, sem se fazerem substituir, ou verificar-se o abandono do plenário por alguns elementos, sem que se conheça razão plausível para tal. Assinalou que a presente sessão da Assembleia de Freguesia de Benfica iniciou com dezoito membros e termina com apenas dez, e relembrou o dever e responsabilidade que os eleitos têm perante a população que lhes confiou o seu voto. _____

--- O Senhor **João Carlos de Sousa Pereira (CDU)**, no uso da palavra, justificou a saída da eleita da Bancada da CDU, Cristina Gaspar, com um problema de saúde. _____

--- O Senhor **Presidente da Mesa**, como nota concludente, desejou a todos festas felizes e um próspero ano de 2016. _____

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Mesa** deu por encerrada a sessão. ___ Eram zero horas e trinta minutos. _____

--- Encerramento da Sessão ---

--- E para constar se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. _____

O Presidente

O 1.º Secretário

O 2.º Secretário

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BENFICA
O Presidente

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
SESSÃO DE 16.12.2015
VOTAÇÃO FAVOR 3
CONTRA 7
ABSTENÇÃO 0

16.12.15

ANEXO 1

CDS-PP
Assembleia de Freguesia de Benfica

VOTO DE SAUDAÇÃO

40 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975

40 anos decorridos sobre o 25 de Novembro de 1975, data em que terminou o PREC (Processo Revolucionário Em Curso), pretendemos dar expressão simbólica a uma importante efeméride que impediu que Portugal retrocedesse para um sistema de ditadura.

O PREC caracterizou-se pela tentativa de uma esquerda radical, não democrática, e das forças militares que apoiavam essa facção, usurparem a liderança do processo de libertação nacional iniciado em 25 de abril de 1974.

Estas forças tudo fizeram, incluindo o recurso à violência e à censura, para bloquear a construção de uma verdadeira Democracia pluralista.

O confronto gerado durante este período foi transversal a toda a sociedade, principalmente entre aqueles que defendiam a ideologia antidemocrática dos promotores do PREC (como se 50 anos de ditadura não tivessem sido martírio suficiente para o povo português) e as ideologias democráticas, pluralistas e humanistas.

Sem o sentido patriótico dos militares, com destaque para Jaime Neves e Ramalho Eanes e dos partidos democráticos – PS, PSD e CDS –, e de muitos outros cidadãos, que nesses dias arriscaram as suas vidas, a Democracia dificilmente teria sobrevivido e consolidado.

A História deu-lhes razão. Ao impedirem que a extrema-esquerda assumisse o poder pela força, confirmaram a vontade dos portugueses que em 41 anos de democracia nunca deram a maioria de votos a nenhum partido antidemocrático.

Com todas as imperfeições de qualquer democracia, o CDS acredita e defende que esta continua a ser a única forma de regime político aceitável, dando voz ao povo para que, em eleições livres, possa decidir em consciência a forma como pretende ser governado.

Mesmo com os percalços de uma Constituição, à qual o CDS se opôs por esta pugnar, no seu preâmbulo por "uma sociedade socialista", ainda não seja essa a vontade de todos os portugueses, o "25 de Novembro" permitiu que, se implantasse, de facto, a Liberdade que ao longo destas décadas tem permitido aos portugueses serem donos do seu destino!

Por estas razões, o CDS reconhece que, face às dificuldades do contexto social e político da época, foi o "25 de Novembro" que tornou possível salvar o essencial da Democracia e que este processo foi obra de verdadeiros heróis, cuja história e memória importa preservar e assinalar, defendendo o que de mais precioso o 25 de Abril consagrou: a Liberdade de todos os portugueses, independentemente as suas convicções políticas e religiosas.

Assim, o eleito do CDS propõe à Assembleia de Freguesia de Benfica, reunida a 16 de dezembro de 2015, que:

> **Aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, lutaram e venceram para que em Portugal se continuasse a aprofundar e a construir a Democracia, a Paz e a Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974.**

Lisboa, 16 de dezembro de 2015

O Eleito do CDS

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE BENFICA
O Presidente

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
SESSÃO DE 16.12.2015
VOTAÇÃO FAVOR 2 CONTRA 8 ABSTENÇÃO

16.12.15

ANEXO 2

CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP-PEV

MOÇÃO

EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E GESTÃO DE RESIDUOS

Considerando que,

O acesso à água se trata de um direito fundamental (assim expressamente reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da resolução A/RES/64/292) e que se foi transferindo esse estatuto para o plano da mercantilização, procurando substituir o serviço público pelo privado e o acesso público e universal pelo lucro.

A privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF), a alteração à Lei de Delimitação de Sectores, a alteração dos estatutos jurídicos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), e por fim, a alteração ao Regime Jurídico dos Serviços de Âmbito Municipal de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos, vêm claramente retirar a gestão destes sectores às autarquias, a quem mais sabe gerir o bem público e quem mais conhecimento e experiência técnica e local possui, junto das populações. Tais alterações vão permitir a privatização pura e simples, dos sistemas multimunicipais de resíduos, e a fusão dos sistemas multimunicipais de Águas e saneamento, com o objectivo de entrega de toda a gestão a privados. Por fim, dar poderes de fixação das tarifas destes bens e serviços – enquanto gestão municipal – a uma entidade externa ao Município, sem qualquer conhecimento das especificidades de cada região, e das suas populações, representa uma clara violação dos princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa, no que diz respeito à autonomia do Poder Local.

Como passo no processo de privatização, a reestruturação do sector da água que funde sistemas e aumenta o preço da água para a generalidade dos consumidores, retira dimensão interventiva às autarquias. O processo em curso é um modelo de governação dos serviços que deixa antever ameaças à natureza e à prestação de um serviço público ao serviço das populações, do desenvolvimento dos concelhos, das regiões e do País, a um acentuado e injusto aumento de tarifas e à degradação do emprego e dos direitos dos trabalhadores.

A extinção dos sistemas existentes está associada a criação da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo (ADLVT) que agrega 84 municípios, que são também accionistas, e que foi concessionada à EPAL. Mas associado a este processo e previsto no actual quadro legal estão aumentos, até 2020, de grande dimensão para os serviços de água, saneamento e resíduos, 2 que nos municípios do distrito de Lisboa os aumentos oscilam entre 30% e 78%, o que constitui um esbulho aos rendimentos dos cidadãos.

A água que é comprada pelos Serviços Municipais à EPAL prevê-se que poderá aumentar 19% até 2020, e poderá aumentar já 7,7% em 2016. O tratamento de esgotos poderá ter um aumento de 12% até 2020 e aumentará cerca de 10% em 2016. A acrescentar a estes

aumentos haverá ainda que prever que a taxa de tratamento de resíduos sólidos, já privatizada, que aumentará também cerca de 4,6%.

Assim em Lisboa: o controlo e distribuição do abastecimento de água é da responsabilidade da EPAL; Ficando o tratamento de esgotos e recolha de resíduos na esfera de responsabilidade do município; Por imposição legal, através da aprovação dos novos estatutos jurídicos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), o Município de Lisboa teve de adaptar os seus tarifários, acabando com a taxa de conservação de esgotos (aplicada directamente aos proprietários) e criando duas novas taxas, de saneamento e resíduos sólidos, cobrada na factura da EPAL, aplicada a todos os consumidores; O que levou a um aumento generalizado do tarifário, altamente penalizador para a população.

Mais grave ainda é a situação de Lisboa, uma vez que a EPAL faz parte do Grupo Águas de Portugal, correndo-se assim o risco, caso não haja uma inversão das políticas de privatização de todo o sector público essencial, de a mesma vir a ser privatizada. Ficando assim os privados detentores do controlo do abastecimento de água na Capital do País, sendo de esperar um ainda maior aumento das tarifas cobradas aos lisboetas.

Considerando, por último, que este é todo um processo, eixo de um caminho há muito idealizado, que não serve as populações e muito menos o país (quer seja ao nível social, económico, ou financeiro), sendo que os sectores da água (abastecimento e saneamento) e da gestão de resíduos, pela importância que têm para as populações e para o país, deveriam receber do Estado um apoio no investimento e no sentido de garantir o igual acesso de todos a estes serviços, representando por isso sectores que não poderão, nunca, ser elitizados ou objecto de concessões ou privatizações que criarão ainda mais agravadas desigualdades sociais, hoje já existentes fruto da actual situação que o país atravessa.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Benfica, tendo isso em conta, reunida no dia 16 de Dezembro de 2015, delibera:

1 – Manifestar a sua oposição a todo o processo que levou à concretização deste novo Sistema, que deste o início foi feito em profundo desrespeito pelos 3 municípios e à revelia das atribuições do Poder Local, expressando a sua veemente defesa dos serviços públicos de água, saneamento e gestão de resíduos;

2 – Defender a gestão pública da água como forma de defender a sua universalidade, demonstrando solidariedade com as acções políticas e institucionais que possam vir a ser tomadas pelo município no sentido de defender este princípio;

3 – Apoiar todas as acções para reverter o processo de privatização da EGF/Valorsul - tratamento/reciclagem lixos;

4 – Exigir ao governo a reversão dos aumentos previstos até 2020 disponibilizando-se para a participação nas acções institucionais que venham a ser promovidas no sentido de impedir estes aumentos;

5 – Por último, exigir do poder autárquico que reafirme a rejeição da privatização da EGF e a recusa em aderir ao sistema de Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia de Benfica

João Carlos Pereira

Cristina Gaspar

ANEXO 3

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BENFICA
O Presidente

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
SESSÃO DE 16.12.2015
FAVOR 2
VOTAÇÃO CONTRA 8
ABSTENÇÃO —

CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP-PEV

16.12.15

MOÇÃO

PELA APLICAÇÃO DO REGIME DAS 35H A TODOS OS TRABALHADORES DA JUNTA DE FREGUESIA

Considerando que já anteriormente havíamos manifestado a intenção expressa nesta moção, considerando-a necessária, justa e legal.

Considerando ainda que o Acórdão nº494/2015 do Tribunal Constitucional veio confirmar a justeza e plena legalidade de tais pretenções e mais sublinhando que "declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas que conferem aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração pública legitimidade para celebrar e assinar acordos coletivos de empregador público, no âmbito da administração autárquica, resultantes do artigo 364.º, n.º 3, alínea b), e do n.º 6, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por violação do princípio da autonomia local, consagrado no artigo 6.º, n.º 1, da Constituição."

Tendo ainda em conta o manifesto interesse dos trabalhadores representados pelo STML em regularizar tal situação exigindo a aceitação e assinatura do respectivo acordo colectivo de empregador público ACEP, situação não verificada até ao momento.

Assim propomos que a Assembleia de Freguesia de Benfica reunida no dia 16 de Dezembro de 2015 delibere:

1- Exigir à Junta de Freguesia de Benfica a rápida assinatura e entrada em vigor do ACEP a estabelecer com o STML, restabelecendo assim o horário das 35h para todos os trabalhadores da mesma.

Lisboa 16 de Dezembro de 2015

Os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia de Benfica

João Carlos Pereira

Cristina Gaspar

ANEXO 4

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BENFICA
O Presidente

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
SESSÃO DE 16/12/2015
VOTAÇÃO FAVOR 9 CONTRA 1 ABSTENÇÃO -

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

MOÇÃO

Rectificado 16.12.15

Saudação à luta do Povo Português Na defesa e pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa

Considerando que, Ao longo de 4 anos os trabalhadores e o povo português ergueram uma imensa luta, que conheceu na Cidade de Lisboa momentos altos e importantes. Uma luta que se ergueu contra a política de direita protagonizada pelo governo PSD/CDS de ataque aos direitos, aos rendimentos e às conquistas que a Revolução de Abril alcançou, uma política de exploração e empobrecimento, uma política à margem da Lei e de confronto com a Constituição da República Portuguesa (CRP).

Luta que foi levada ao voto e que teve expressão no dia 4 de Outubro, pela condenação eleitoral imposta à coligação PSD/CDS, constituindo não apenas uma derrota do seu governo mas também da sua política.

Durante todo este período, o povo português deu um sinal claro que aspira a uma mudança de política. No passado dia 10 de Novembro o governo PSD/CDS foi definitivamente derrotado. A sua derrota é uma vitória da luta dos trabalhadores e do povo, demonstrando que vale a pena lutar e resistir à resignação e ao conformismo. Numa clara tentativa de subverter a CRP, a injustificada delonga do Presidente da República, perante a inequívoca vontade soberana do nosso povo reflectida numa nova maioria de deputados na Assembleia da República, apenas procurou suportar à força um governo PSD/CDS já derrotado.

Um governo derrotado e em funções de gestão que provou mesmo nessas circunstâncias não respeitar a Lei fundamental do país, na senda do cumprimento de uma agenda privatizadora – bem plasmado no processo de privatização da TAP - e de ataque aos direitos dos trabalhadores e do povo português, contando com a cumplicidade do actual Presidente da República.

Existe hoje uma maioria formada na Assembleia da Republica que pode contribuir para recuperar direitos dos trabalhadores e do povo, no cumprimento da Constituição da República, nomeadamente no que respeita ao emprego, aos salários, reformas e pensões (pela sua reposição e valorização); no direito à mobilidade (pela reversão dos processos de concessão e privatização das empresas de transportes terrestres – destaque para o Metro e a Carris); na garantia de melhores condições de acesso ao direito à saúde, à educação e às prestações sociais; no respeito pela autonomia financeira e administrativa do Poder Local Democrático no sentido de responder aos seus objectivos, no âmbito das suas atribuições e competências.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Benfica , reunida no dia 16 de Dezembro de 2015, delibera,

1 – Saudar a persistente e justa luta dos trabalhadores e do povo português contra a política de confronto e desrespeito pela Constituição da República Portuguesa, pela mudança e a concretização de uma política que cumpra com o que a mesma consagra nos vários planos: político, económico, social e cultural.

2 – Exortar o poder autárquico a desenvolver acções que promovam a Constituição da República Portuguesa, com especial incidência durante o ano de 2016, ano em que comemorará o seu 40º aniversário.

Os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia de Benfica

João Carlos Pereira

Cristina Gaspar

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE BENFICA
O Presidente

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
SESSÃO DE 16/12/2015
VOTAÇÃO FAVOR 4
CONTRA 6
ABSTENÇÃO -

ANEXO 5

Bloco de Esquerda

Benfica, 16 de Dezembro de 2015

Moção

Considerando que:

-O atravessamento pedonal na zona em frente à estação da CP de Benfica, é de grande intensidade, e quase constante às horas de ponta.

-Que a mesma zona regista igualmente um grande fluxo de tráfego automóvel.

-Que a segurança de todos e o correto e eficaz ordenamento do tráfego neste local seria em muito beneficiado pela instalação de um sistema semafórico, adequado a esta realidade.

-Que mesmo perante esta evidencia, os anos passam e tal sistema continua por instalar, ignorando-se a voz e a segurança da população, a pretexto de uma remodelação profunda da zona que também não passa de projeto.

-Que em reunião descentralizada da CML, esse anseio da população voltou a ser referido por um freguês e que a promessa de instalação foi renovada, pelo então vereador Nunes da Silva.

-Que esta não é a primeira vez que esta Assembleia dá eco a esta ambição e necessidade urgente da população, sem que nada aconteça.

Assembleia de Freguesia de Benfica, reunida nesta data delibera:

Relembrar o atual Executivo camarário, que população de Benfica e os eleitos desta assembleia não esqueceram as promessas que lhe foram feitas, e aguardam com impaciência que a palavra dada seja de facto, palavra honrada.

Proposto nesta data pelo Bloco de Esquerda

Humberto Luís Rosado Cabral da Silveira

Com conhecimento às comissões de moradores, à Assembleia Municipal de Lisboa, à Secretaria de Estado do pelouro, à REFER.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
SESSÃO DE 16/12/2015
FAVOR 2
VOTAÇÃO 6
2

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BENFICA
O Presidente

Bloco de Esquerda

ANEXO 6

16.12.15

Benfica, 16 de Dezembro de 2015

Moção

Pela universalidade do acesso à Estação Ferroviária de Benfica

Considerando que:

a) Desde 2006, alegando razões de segurança, a REFER encerrou um portão que dava acesso direto à plataforma de embarque da Estação Ferroviária de Benfica;

b) Esta Assembleia de Freguesia, já tentou sem sucesso a resolução deste problema junto da REFER, recebendo resposta escrita negativa;

c) O único acesso disponível à estação, do lado do Bairro do Calhariz, implica a utilização de uma escadaria com 40 degraus, obstáculo intransponível para quem tenha mobilidade reduzida ou, por exemplo, se desloque com uma criança num carrinho;

d) Esta situação provoca o isolamento de toda essa população do Calhariz;

e) Assim, a Estação Ferroviária de Benfica incumpre com as normas que regulam as acessibilidades, designadamente com o ponto 2.1.1 do Anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, pois embora a entrada da R. da Venezuela seja acessível, tal entrada não pode ser considerada alternativa à existente do lado do Calhariz, por implicar uma deslocação impraticável para estes utentes;

f) Incumpre-o, e de forma manifestamente dolosa, pelo simples facto de tal acesso existir e a opção de o manter fechado ser mera decisão da REFER;

g) Compete também à REFER minimizar os constrangimentos do atravessamento da freguesia por uma linha de comboio e não agravá-los, como é o caso;

h) O acesso ao portão referido em a) é facultado mediante pré aviso de uma semana, o que demonstra bem a falta de senso na gestão da coisa pública;

i) Esta conduta da REFER põe em causa a qualidade de vida das populações, em especial de todos aqueles que tenham mobilidade reduzida, diminuindo de forma inadmissível a sua mobilidade;

j) A defesa dos direitos das cidadãs e cidadãos de Benfica, em especial dos que têm mobilidade reduzida, não pode continuar à espera;

k) Parece a REFER confundir "segurança" com a opção tomada em 2006 de instalar um sistema de controlo de acessos, com meros objetivos de exploração comercial. A opção de sobrepor a necessidade de operação de um sistema de controlo de acessos aos legítimos interesses da população, é insana, ofensiva e inaceitável;

l) Sempre se poderia dizer que tal controlo também poderia existir do lado do Calhariz, com as devidas adaptações para estes utentes, advinhando-se que tal não aconteça por mera razão economicista;

m) Esta Assembleia não pode de nenhuma forma ser cúmplice por inércia com a surdez e insensibilidade de quem tem a obrigação de resolver este assunto.

n) O artigo 52.°, n.° 3, alínea a) da Constituição da República Portuguesa garante o direito de acção popular para promover a prevenção, a cessação ou a perseguição judicial das infracções contra a saúde pública, os direitos dos consumidores, a qualidade de vida, a preservação do ambiente e do património cultural;

o) Nos termos do artigo 2.°, n.° 2 da Lei n.° 83/95, de 31 de Agosto, as autarquias locais são titulares do direito de acção popular em relação aos interesses de que sejam titulares residentes na área da respetiva circunscrição;

p) Está em causa um verdadeiro atentado aos direitos dos consumidores e à qualidade de vida.

q) Para lá do exposto, mais do que o cabimento legal, a esta Junta cumpre o dever de dar voz em sede própria das legítimas reivindicações da sua população;

A Assembleia de Freguesia de Benfica, reunida em Sessão Ordinária a 16 de Dezembro de 2015, recomenda à Junta de Freguesia de Benfica que intente ação popular contra a REFER para promover a cessação das limitações no acesso de pessoas de mobilidade reduzida à Estação Ferroviária de Benfica, no acesso a partir do Bairro do Calhariz.

Benfica, 16 de Dezembro de 2015

O eleito pelo Bloco de Esquerda,

Com conhecimento às comissões de moradores, à Assembleia Municipal de Lisboa, à Secretaria de Estado do pelouro, à REFER.